

Polícia Civil radicaliza greve

Categoria interrompe serviços essenciais para pressionar o governo a pagar gratificação

Geraldo Magela

Os policiais civis radicalizaram e, além de votar pela continuidade da greve, decidiram interromper a prestação de alguns serviços essenciais, em assembléia realizada na manhã de ontem, em frente ao Palácio do Buriti. Desde ontem, os agentes que trabalham no IML (Instituto de Medicina Legal) não estão fazendo a remoção de cadáveres nos hospitais, recolhendo apenas os corpos dos mortos que estiverem nas vias públicas e em residências.

O IML não foi o único setor afetado com a radicalização do movimento. A prisão em flagrante só será efetuada para os autores de crimes hediondos, como estupro e seqüestro, a escolta de presos para o Tribunal de Justiça do DF e para os hospitais também não será feita, e os presos não serão retirados de suas celas para o tradicional banho de sol.

O presidente do Sinpol (Sindicato dos Policiais Cíveis do DF), Hugo de Souza Silva, disse que o movimento grevista endureceu porque a categoria se sentiu afrontada, no último final de semana, quando a Polícia Militar "assumiu o papel de polícia judiciária ao fazer a segurança do Complexo Penitenciário da Papuda para que os presidiários recebessem visitas", assinalou. "O movimento estava coeso e ficou mais ainda por causa das visitas na Papuda".

Liminar

Silva acusou o GDF de "ser irresponsável" por ter colocado a PM na segurança da Papuda, contrariando uma decisão judicial que proíbe essa atitude — tomada há mais de dois meses e reiterada no sábado, através de liminar — e determina que o papel de polícia judiciária deve ser exercido pela Polícia Civil.

"Vamos acionar o Judiciário novamente, pois a briga do GDF não é mais com a Polícia Civil e sim com a Justiça", avaliou o presidente do Sinpol. "O governo passou por cima da lei para garantir a visita dos presos". Anteontem, os dirigentes do sindicato tentaram entregar o mandado obtido na Justiça, proibindo a interferência da PM no Complexo Penitenciário, mas o governador Cristovam Buarque estava no Rio de Janeiro para o enterro do arquiteto Lúcio Costa. A vice-governadora Arlete Sampaio também foi procurada, mas não pôde atender o oficial de Justiça porque não

havia assumido o governo interinamente.

O advogado do Sinpol, Marcos Cavalcante, garantiu que serão tomadas "atitudes drásticas" contra o governador, por ele ter desrespeitado uma ordem judicial. "Vamos levar um pedido ao Tribunal de Justiça do DF, ainda esta semana, para ser encaminhado até o Superior Tribunal de Justiça, de intervenção federal no Distrito Federal", afirma.

Impeachment

Essa não será a única medida que o Sinpol irá adotar. Cavalcante disse que o sindicato enviará à Câmara Legislativa um pedido de *impeachment* contra o governador Cristovam Buarque. Os advogados do sindicato ainda pretendem procurar o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) para verificar se o GDF está cometendo algum tipo de crime eleitoral nesse processo de reeleição.

A preocupação que paira no ar, depois dessa série de desentendimentos entre governo e grevistas, é a movimentação da categoria, que se mostra disposta a impedir que o governo interfira também na visita dos presos da Coordenação de Polícia Especializada (CPE), colocando a PM em um esquema semelhante ao usado neste final de semana na Papuda.

O presidente do Sinpol assegurou que o final da greve depende "única e exclusivamente" do GDF. "Se o governo colocar em nossos contracheques o valor referente a GOE (Gratificação por Operações Especiais), a greve acaba no mesmo instante", comenta Silva. O líder sindical falou que isso seria uma forma de pressionar o Governo Federal a repassar a verba devida para esse fim. "Não estamos querendo que o GDF gaste o que não tem em seu orçamento, queremos apenas que ele cobre da União", destaca.

O secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, se retirou do processo de negociações por acreditar que a sua imagem de autoridade estava sendo desgastada. Aguiar informou que se a greve persistir, a SSP está com um esquema montado para não deixar a sociedade desprovida. Os policiais civis realizam uma nova assembléia amanhã, às 16h, no estacionamento 6 do Parque da Cidade.

RICARDO CINTRA

Repórter do **Jornal de Brasília**